



Comissão de Orçamento e Finanças

Relatório

Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 2 e 3
da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro

Relator:

Deputado Miguel
Cabrita (PS)

Audição da personalidade indigitada para o cargo de Administradora
do Banco de Portugal



Comissão de Orçamento e Finanças

ÍNDICE

PARTE I – CONSIDERANDOS

PARTE II – METODOLOGIA

PARTE III – AUDIÇÃO

PARTE IV – CONCLUSÕES

PARTE V – ANEXOS



Comissão de Orçamento e Finanças

PARTE I – CONSIDERANDOS

A Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada em anexo à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determina, através dos números 2 e 3 do seu artigo 27.º, que os membros do Conselho de Administração das entidades reguladoras «o governador e os demais membros do conselho de administração são designados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área das finanças, após parecer fundamentado da comissão competente da Assembleia da República», sendo esse parecer «precedido de audição na comissão parlamentar competente, a pedido do Governo».

Nos termos legalmente estabelecidos, no dia 19 de setembro de 2022, através de ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças (COF), o Governo solicitou o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Administradora do Banco de Portugal, Prof.ª Dr.ª Francisca Guedes de Oliveira, fazendo acompanhar o ofício da respetiva nota biográfica.



Comissão de Orçamento e Finanças

PARTE II – METODOLOGIA

A audição na COF da Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira realizou-se no dia **27 de setembro de 2022**, tendo para o efeito sido adotada a seguinte grelha de tempos:

- Intervenção inicial do indigitado até 10 minutos
- 1.^a ronda: 5 minutos por GP e 2 minutos DURP, com resposta conjunta, de igual tempo
- 2.^a ronda: 2 minutos por Deputado, com resposta conjunta correspondente ao total do tempo das perguntas

A grelha de tempos da audição foi meramente indicativa e não impediu que todas as perguntas fossem feitas e todas as respostas fossem dadas a benefício do esclarecimento máximo.



Comissão de Orçamento e Finanças

PARTE III – AUDIÇÃO

A audição decorreu em reunião da COF realizada a **27 de setembro de 2022**, com carácter público e com gravação integral em registo áudio e vídeo, podendo ser consultada na íntegra mediante recurso ao arquivo do Canal Parlamento¹.

Nos termos da grelha de tempos adotada, a **Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira** fez uma intervenção inicial, que seguidamente se transcreve na íntegra.

«Bom dia, Senhor presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, muito obrigada pela vossa disponibilidade para esta audição.

De acordo com o que me foi solicitado, preparei uma intervenção inicial em que tentarei transmitir as razões pelas quais decidi aceitar o convite/desafio para integrar o conselho de administração do Banco de Portugal. Irei organizar esta breve intervenção inicial em duas partes e depois, evidentemente, estarei disponível para responder às vossas questões. Começarei por referir as condições que julgo reunir para desempenhar o cargo, e depois, tentarei abordar alguns dos principais desafios que considero mais relevantes para a regulação do sistema financeiro e bancário em geral, para a União Europeia e em particular para Portugal.

Não posso deixar de referir que considero esta audição muito relevante, porque, além de cumprir uma obrigação legal, me permite uma breve apresentação do meu currículo e percurso bem como de algumas considerações acerca das funções e papel da supervisão bancária.

É um desafio que estou certa serei capaz de levar a bom porto com todo o empenho e entusiasmo que sempre dediquei à causa pública. Colaborarei da melhor forma com os meus colegas de Conselho, bem como com os colaboradores do Banco de Portugal a quem, publicamente, é reconhecida uma enorme competência profissional e técnica.

A minha formação de base é em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Licenciatura e Mestrado) tendo feito o doutoramento em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

¹ <https://canal.parlamento.pt/?cid=6155&title=audicao-de-francisca-guedes-de-oliveira>



Comissão de Orçamento e Finanças

Comecei desde logo, 1997, a dar aulas na Universidade Católica no Porto ao mesmo tempo que colaborei com o Instituto Nacional de Estatística no gabinete de estudos regionais. Nessa altura as minhas áreas de interesse andavam muito à volta das estatística e da econometria, tendo o meu mestrado sido precisamente em métodos quantitativos aplicados à economia. Lecionei estatística, econometria, métodos de previsão e matemática enquanto me doutorava em Economia com especialização em Economia Pública. A par com a docência fui abraçando diversas funções de gestão universitária das quais destaco a criação e direção do mestrado em Business Economics, a direção do 2º ciclo da CPBS e também a gestão do corpo docente da mesma escola.

Mais tarde tive a oportunidade de frequentar um curso na London School of Economics onde pude ouvir e discutir temas ligados a Desequilíbrios Macroeconómicos na Europa e políticas para os abordar.

A par da minha atividade académica fui abraçando outros desafios de natureza cívica e pública, de onde destaco a coordenação do grupo de trabalho que desenvolveu o estudo dos benefícios fiscais em Portugal a convite do Ministério das Finanças em 2019.

Em simultâneo tive a oportunidade de manter uma ligação estreita com empresas, nomeadamente como administradora não executiva da EDPR durante 5 anos, e membro da comissão de auditoria e partes relacionadas dessa mesma instituição. Adicionalmente pude experimentar, durante um período particularmente relevante no setor da saúde, um contacto próximo com o setor, como presidente do conselho fiscal da UNILABS em Portugal. Este mandato durou apenas 1 ano, uma vez que fui desafiada a servir a causa pública, mais uma vez, tendo aceitado ser vogal do Conselho de administração da AICEP a partir de janeiro de 2021.

Esta função tem-me permitido ganhar um conhecimento privilegiado do funcionamento do tecido empresarial português, da gestão do sistema de incentivos Europeus, de contratação pública e dos problemas que se colocam à economia real fruto do contexto Macroeconómico e Geopolítico que temos vivido nos últimos 2 anos e meio. Tenho também tido a oportunidade de observar, na linha da frente, a interação das nossas empresas no contexto internacional e, em particular, europeu. Adicionalmente, adquiri competências de gestão de uma organização com mais de 500 colaboradores, com delegações internacionais, com trabalhadores deslocados e com uma diversidade enorme de funções. No



Comissão de Orçamento e Finanças

contexto da AICEP fui também vice-comissária da Expo 2020 Dubai. A capacidade de concretização de um evento desta dimensão, a milhares de Km de distância e, naturalmente, com contingências diversas, atesta, creio eu, a minha flexibilidade, capacidade de adaptação em contextos multiculturais e ainda a capacidade (aliada a uma enorme vontade) de aprendizagem contínua. Tenho, simultaneamente mantido a lecionação das disciplinas de Macroeconomia e de Geopolítica o que me permite estar a par dos desenvolvimentos teóricos e empíricos de maior relevância para o sistema financeiro, bancário e para a economia real.

Acredito que as minhas habilitações académicas bem com a experiência descrita me permitem ter uma visão profunda da economia, do papel das políticas públicas, em geral, e da política monetária, em particular, bem como aportar uma visão transversal ao papel do Banco de Portugal enquanto garante de estabilidade do sistema bancário e financeiro português.

A minha experiência de gestão numa entidade pública como a AICEP, a minha contínua vontade de melhorar os meus conhecimentos gerais e específicos, de descobrir e de contribuir para soluções a nível das políticas públicas, podem ser uma mais-valia num momento em que, mais do que num passado recente, os receios se focam novamente nos desequilíbrios macroeconómicos fundamentais, nomeadamente na inflação.

No passado recente tivemos dois choques exógenos que afetaram de forma dramática a economia portuguesa: a pandemia da COVID-19 e a Guerra na Ucrânia. Estes dois eventos, não antecipados, implicaram, entre outros, impactos a nível das cadeias de abastecimento, do preço e acesso a matérias-primas e a componentes essenciais e também a um aumento do preço da energia.

A economia está a desacelerar num contexto de elevada inflação. O crescimento da zona Euro tem sido suportado em grande medida pelo turismo e pelo consumo privado que, como seria de esperar, começa a dar sinais de desaceleração, fruto da diminuição da confiança dos consumidores.

Com uma taxa de crescimento prevista de 0,9% para 2023 e de 1,9% para 2024, uma política monetária agressiva de combate à inflação poderia desestabilizar o mecanismo de transmissão e afetar de forma muito severa a economia real. Uma normalização das taxas de juro de forma gradual convergindo para o objetivo de



Comissão de Orçamento e Finanças

médio prazo de 2% é fundamental. Com foco no gradual. Não nos podemos esquecer de que os 2% são um objetivo de médio prazo e não necessariamente para cada momento no tempo. Mais, temos de compreender que a origem desta inflação que nos assola é, em grande medida, o choque sem precedentes do lado da oferta, pelos motivos referidos anteriormente. Se a política for bem calibrada e monitorizada, Poderemos contribuir para que os efeitos destes impactos se dissipem sem um aumento prejudicial das expectativas de inflação que, como sabemos, levaria a aumentos adicionais da inflação em si mesma.

Ao mesmo tempo que se volta para alguma ortodoxia do ponto de vista de política monetária é necessário acautelar que os mecanismos de transmissão da mesma à economia real funcionam. É por isso crítico completar a união bancária nos seus três pilares garantindo que, além do mecanismo único de supervisão e resolução, se assegura o mecanismo comum de garantia dos depósitos.

Do ponto de vista do sistema bancário português os principais riscos são precisamente os derivados do aumento das taxas de juro. Evidentemente que com o aumento dos riscos vem também o aumento de oportunidades. O balanço dos bancos mexe dos dois lados e é do equilíbrio dos riscos vs oportunidades que se pode conseguir a estabilidade do sistema.

A política macro prudencial deve contemplar o aumento de risco que a subida das taxas de juro traz para as famílias e empresas, e adotar medidas para prevenir ou mitigar esses riscos.

O sistema financeiro e bancário português não está no estado de fragilidade que estava depois da crise financeira do início da década passada. Durante a pandemia mostrou resiliência, manteve-se bem capitalizado e conseguiu assegurar níveis razoáveis de liquidez à economia.

O papel do Banco de Portugal poderá ser crucial neste período de instabilidade e incerteza que estamos a viver.

Há duas preocupações centrais que o sistema financeiro terá que enfrentar e para o qual o sistema de bancos centrais pode contribuir de forma decisiva. As questões da resiliência e as questões de conduta.

No que diz respeito à resiliência temos obviamente que olhar para a já referida questão financeira, e que tem que ver com a capitalização dos bancos e o equilíbrio do Balanço das instituições. Temos também que olhar para a



Comissão de Orçamento e Finanças

resiliência operacional. A dependência do digital (e no limite de coisas tão simples como da eletricidade) pode trazer problemas complicados para o sistema financeiro, nomeadamente para o sistema de pagamentos. Como garantir que se ganha robustez e resistência para ultrapassar eventuais disrupções operacionais? Além disso, as moedas cripto e o blockchain vieram trazer uma nova camada de preocupações a este nível.

A segunda preocupação, onde o regulador pode ter um papel significativo, tem que ver com conduta. A conduta de cada um mas também a forma como o sistema reage à conduta dos outros. Se o sistema detetar um problema, se detetar uma conduta errada, o que fazer com ela? O sistema financeiro e bancário tem um impacto tão grande na economia e nos diversos agentes económicos, que questões relacionadas com comportamento são cruciais para a confiança no sistema e para a estabilidade do mesmo.

O Banco de Portugal deve, então, continuar a promover a robustez do sistema que garanta que o balanço entre riscos e oportunidades é conseguido sem grandes disrupções; deve por isso atuar do ponto de vista da supervisão prudencial para garantir o acompanhamento dos impactos da subida das taxas de juro nos balanços; deve igualmente acompanhar o surgimento de novos modelos de negócio do ponto de vista de um sistema de financeiro mais “verde” e sustentável, bem como de uma crescente digitalização do próprio sistema. Deve, finalmente, monitorizar e estar atento às questões de conduta.

Esta atuação mais direta no sistema financeiro não deve coartar o papel do regulador enquanto pilar fundamental para a recuperação da economia portuguesa. A produção de informação estatística e de estudos relevantes e o apoio ao desenho de políticas públicas com impacto mensurável deve continuar a guiar uma parte importante da atividade do Banco de Portugal.

Vão ser tempos desafiantes, mas tempos incertos. Acredito que o Banco de Portugal pode ter um papel determinante para assegurar a confiança dos agentes económicos no sistema, ao mesmo tempo que cumpre a sua missão de manutenção da estabilidade dos preços e de promoção da estabilidade do sistema financeiro.

Caso os senhores e senhoras deputadas assim o entendam, darei o meu melhor contributo com entusiasmo e dedicação para esta causa, numa tentativa de participar no esforço conjunto que temos de fazer para sairmos desta crise que



Comissão de Orçamento e Finanças

se desenvolve, de forma célere e com uma economia mais robusta e resiliente suportada por um sistema bancário e financeiro resiliente, moderno, seguro e promotor da sustentabilidade.

Muito obrigada.»

Na 1.^a ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Cabrita (PS), Alexandre Simões (PSD) e Pedro Frazão (CH), tendo a Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira respondido conjuntamente às várias questões colocadas.

O Deputado **Miguel Cabrita (PS)** começou por referir que a intervenção inicial da Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira reforçou a perceção já detida pelo seu grupo parlamentar acerca da capacidade e da adequação da auditada para o cargo para o qual foi indigitada, sublinhando depois a qualidade e a adequação do seu currículo às funções em causa. Seguidamente, remeteu para o atual quadro macroeconómico e das finanças públicas em Portugal, solicitando um comentário não só quanto às pressões conjunturais conhecidas mas também quanto aos desafios mais estruturais que o país precisa de continuar a corrigir. Neste plano, indagou sobre a avaliação feita relativamente à resposta europeia, e em particular do BCE, à crise inflacionista. Remeteu depois para o papel da supervisão, pedindo que complementasse a alusão feita na sua intervenção inicial à dimensão europeia e aos instrumentos e mecanismos a este nível. Solicitou de seguida que se pronunciasse sobre os principais desafios à regulação do BdP, nas suas diferentes componentes. Indagou ainda sobre as questões da digitalização e da globalização *versus* a existência de segmentos de consumidores com baixas qualificações e baixa literacia e de outras questões sociais e de mobilidade, pedindo também que se posicionasse quanto às respostas mais adequadas para regular o mercado das criptomoedas e *blockchain*. Por fim, solicitou um comentário sobre o tema das comissões bancárias e da proteção dos consumidores bancários.

De seguida, o Deputado **Alexandre Simões (PSD)** explicou que, neste tipo de audições, há questões que podem ser aferidas do ponto de vista técnico, mas há também aspetos relacionados com a idoneidade profissional dos indigitados que podem ser abordadas. Centrou-se, assim, no facto de, nos termos constantes da nota biográfica da Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira, ter a mesma integrado, em 2015, o grupo de trabalho responsável pelo contexto macroeconómico que serviu de base ao programa eleitoral do Partido Socialista, remetendo depois para a importância de ver salvaguardada a independência do



Comissão de Orçamento e Finanças

BdP, dizendo que essa independência não pode ser apenas funcional, referindo de seguida que tem havido um padrão nas nomeações para o BdP durante governos do Partido Socialista que merece escrutínio. Face a estes comentários, perguntou como é que compatibiliza o trabalho com um projeto partidário com a independência que deve garantir no Conselho de Administração do BdP. Acrescentou ainda uma questão relativamente face aos riscos inerentes à atual conjuntura e, em concreto, quanto às restrições impostas à capacidade financeira das famílias e potenciais riscos de incumprimento.

O deputado **Pedro Frazão (CH)** citou uma entrevista recente da Prof.^a Dra.^a Francisca Guedes de Oliveira, em que aludiu a problemas enfrentados pelo país, solicitando que esclareça sobre que problemas são esses e quando é que tivemos oportunidade de os resolver e não o fizemos. Perguntou se, quando disse que temos agora oportunidade de os resolver, estava a falar do PRR, do quadro governativo atual ou do BdP. Depois, questionou sobre a autonomia do BdP face às diretrizes emanadas pelo BCE e sobre como poderá o BdP garantir a defesa dos interesses nacionais, explicando que o euro sistema é composto não só pelo BCE mas também pelos bancos centrais dos Estados Membros. Abordou seguidamente a questão da concentração bancária, perguntando se estes movimentos não colocam em risco os interesses do consumidor bancário e se o aumento das comissões bancárias não será também um reflexo dessa tendência. Finalmente, perguntou como encara o surgimento das *fintech* e que papel tem o BdP na integração dessas entidades no mercado.

O Presidente deu por concluída a 1.^a ronda, dando a palavra à Prof.^a Dra.^a Francisca Guedes de Oliveira, que prestou os esclarecimentos solicitados pelos vários grupos parlamentares.

Começou pela análise do quadro macroeconómico e das finanças públicas e por aqueles que são os riscos atuais, reforçando que vivemos um contexto de forte incerteza e que temos problemas complicados como a questão da dívida pública, que a pandemia agravou. Notou, todavia, que há fatores tranquilizadores, como o facto de o desemprego não estar a crescer ou o facto de termos uma capacidade de resposta imediata que considera ter sido única no plano europeu e que gerou um cenário muito diferente do que resultou da crise de 2008. Reconheceu que a subida das taxas de juro vai criar problemas às famílias e às empresas, notando que não deixa de ser positivo que os níveis de endividamento sejam hoje bastante inferiores do que há 10 anos atrás, e reforçou que esta é uma questão a que se deve estar muito atento.



Comissão de Orçamento e Finanças

Quanto aos desafios estruturais do país, aludiu às questões das qualificações e da produtividade, considerou que precisamos de ser criativos na utilização dos recursos disponíveis para dar o “salto qualitativo” de que precisamos.

Em matéria de supervisão, identificou desafios como a independência dos bancos centrais, que está sujeita a riscos prementes que decorrem, nomeadamente, da ascensão do populismo mas também da própria ampliação da esfera de atuação dos supervisores; a falta de literacia financeira, campo em que o BdP pode ter um papel muito importante e; as transições verde e digital, que precisamos de colocar na agenda, antecipando questões como a adoção de uma moeda digital centralizada.

Manifestou depois preocupação quanto às comissões e taxas cobradas aos clientes bancários, dizendo que essas são matérias sobre as quais o BdP também tem preocupação. Disse que estas são questões relativamente às quais o BdP deve estar atento e sobre as quais deve adotar as diretrizes que se revelem necessárias no sentido de proteger as famílias.

Quanto à questão da idoneidade, concordou em absoluto com a necessidade de garantir que a independência não seja apenas funcional mas efetiva e notou que não iria pronunciar-se sobre as nomeações feitas pelo Governo, já que não é matéria que lhe diga respeito. Quanto à sua própria idoneidade e independência, disse ter colaborado publicamente com o Partido Socialista no cenário macroeconómico e noutros fóruns, sempre na qualidade técnica e nunca na qualidade política, tendo sempre encarado a sua participação como uma participação cívica que em nada interfere com a sua capacidade de isenção. Explicou que todas as pessoas têm proximidade ideológica mais ou menos óbvias com a direita ou a esquerda, com este ou aquele partido, sendo que, por no seu caso ser público, o escrutínio está facilitado.

Abordou depois o tema da rentabilidade dos bancos, defendendo que essa não pode deixar de ser uma preocupação e que não podemos voltar a uma situação em que os bancos não são rentáveis. Todavia, numa altura de crise, de inflação elevada, de agravamento das desigualdades, disse que temos de estar preocupados com o ónus que esses padrões têm, designadamente nos créditos à habitação, e temos de ter uma postura vigilante para garantir que não há repercussões graves para as famílias.



Comissão de Orçamento e Finanças

Esclareceu depois que, na entrevista que foi citada, se referia a problemas enfrentados pelo país desde o período da adesão à União Europeia, explicando que os problemas estruturais que dizemos recorrentemente que temos de resolver, nomeadamente o da produtividade, fizemos já a parte "mais fácil", que se prendia com a infraestrutura, mas que temos ainda obstáculos na parte das qualificações e do valor acrescentado do nosso tecido produtivo. Explicou ainda que precisamos de saber tirar proveito dos fundos europeus que temos agora disponíveis, e que isso implica alguma criatividade.

Quanto ao papel do BdP na defesa dos interesses nacionais, disse estar satisfeita com o facto de Portugal pertencer à Zona Euro e que o principal papel do BdP nesta frente passa por garantir que o país tem uma voz que se faça ouvir e que se faça respeitar nesse quadro, acrescentando que considera que o Governador do BdP é a pessoa certa para isso.

Por fim, relativamente à concentração bancária, disse ser obviamente a favor da concorrência, concordando que é preciso estar muito atento à concentração bancária e ao que dela possa resultar do ponto de vista de ónus para os cidadãos. Disse que, em contrapartida, um sistema demasiado fragmentado, com bancos demasiado pequenos, é um sistema mais frágil, e portanto é preciso conseguir um equilíbrio entre a defesa dos consumidores e a garantia de robustez do sistema, sendo que o BdP tem nesta frente um papel relevante.

Na 2.^a ronda, usaram da palavra os Deputados Miguel Cabrita (PS) e Alexandre Simões (PSD), tendo subseqüentemente o Presidente da COF dado a audição por encerrada.



Comissão de Orçamento e Finanças

PARTE IV – CONCLUSÕES

A Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento e Finanças, procedeu à audição da Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira, indigitada para o cargo de Administradora do Banco de Portugal, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada em anexo à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro.

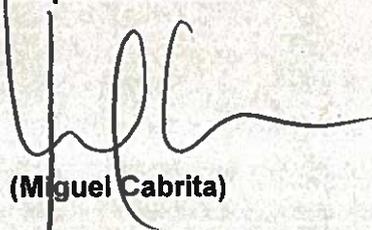
O perfil da personalidade indigitada deve adequar-se à função a desempenhar, ser-lhe reconhecida a idoneidade, competência técnica, experiência profissional e formação adequada ao exercício da função.

Das respostas dadas às questões formuladas, bem como da análise e escrutínio da respetiva nota curricular, a Comissão de Orçamento e Finanças considera que a Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira reúne os requisitos necessários para o desempenho da função.

Da audição foi produzido o presente relatório descritivo, do qual será dado conhecimento ao Governo, através da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.

Palácio de S. Bento, 19 de outubro de 2022

O Deputado Relator



(Miguel Cabrita)

O Presidente da Comissão



(Filipe Neto Brandão)



Comissão de Orçamento e Finanças

PARTE V – ANEXOS

- Ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças em que o Governo solicita o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Administradora do Banco de Portugal, Prof.^a Dr.^a Francisca Guedes de Oliveira, acompanhado da nota biográfica da Personalidade Indigitada, nos termos legalmente aplicáveis.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Por determinação de Sua Excelência o

1. Presidente da A.R. G. S. Colares

João Bezerra da Silva

2. Assunto a Receber

3. UE da DAP

J

19.09.22

Exma. Senhora

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o

Presidente da Assembleia da República

Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 1117 ENT.: 2161 PROC. N.º:	19/09/2022

ASSUNTO: Pedido de audição · Designação de membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal

Encarrega-me a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de, conforme solicitado pelo Gabinete do Senhor Ministro das Finanças, através do ofício n.º 943, datado de 16 de setembro, cuja cópia figura em anexo, enviar o pedido de audição e documentos anexos correspondentes aos seguintes membros indigitados para o Conselho de Administração do Banco de Portugal, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua redação atual:

- Prof.ª Doutora Clara Patrícia Costa Raposo - Vice-Governadora;
- Mestre Luís Máximo dos Santos - Vice-Governador;
- Prof.ª Dr.ª Francisca Guedes de Oliveira - Administradora;
- Dr. Rui Miguel Correia Pinto - Administrador;
- Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas - Administradora

Agradece-se o seu reencaminhamento à Comissão de Orçamento e Finanças e respetivo agendamento de audição no mais curto prazo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete


João Bezerra da Silva

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>65371</u>
Classificação <u>10.01.04</u>
Data <u>19.09.2022</u>



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro Adjunto e
dos Assuntos Parlamentares

Entrada N.º 2161

Data 19/09/2022

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete de S. E. a

Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA ENT. PROC. 01.01	DATA
ASSUNTO:	Parecer prévio à designação de membros do conselho de Administração do Banco de Portugal		

Exmo. Senhor,

Encarrega-me o Senhor Ministro das Finanças de informar V/Ex.º que é sua intenção designar as seguintes personalidades como membros do conselho de administração do Banco de Portugal:

- Prof.ª Doutora Clara Patrícia Costa Raposo - Vice-Governadora
- Mestre Luís Máximo dos Santos - Vice-Governador
- Prof.ª Dr.ª Francisca Guedes de Oliveira - Administradora
- Dr. Rui Miguel Correia Pinto - Administrador
- Dr. Helena Maria de Almeida Martins Adegas - Administradora

Assim, requer-se o agendamento urgente da audição das personalidades indigitadas na Comissão de Orçamento e Finanças, nos termos e para os efeitos dos n.os 2 e 3 do artigo 27.º do Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua versão atual.

Em anexo junta-se o curriculum vitae atualizado dos designados.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Carlos
Domingues
Assinado de forma
e-gov por Carlos
Domingues
Data: 2022.09.19
19:53:36 +01'00'

Carlos Domingues

**Nota Biográfica Francisca Guedes de Oliveira
Porto, setembro 2022**

Francisca Guedes de Oliveira, 48 anos, é Vogal do Conselho de Administração da AICEP desde janeiro de 2021, é também Professora Associada na Católica Porto Business School (CPBS) da Universidade Católica Portuguesa, Porto, onde leciona Macroeconomia e Geopolítica e onde, entre outras, já lecionou Matemática, Econometria e Estatística. Entre 2021 e 2022 foi vice-comissária da participação Portuguesa na Expo 2020 Dubai. Doutorada em Economia, com especialização em Economia Pública, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Licenciada e Mestre em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Tem interesses de investigação em Economia Política e Economia Pública com comunicações em diversas conferências Internacionais. Até setembro de 2013 foi diretora do mestrado em business economics e de 2013 a 2020 assumiu a função de diretora adjunta para os programas de mestrado e de gestão do corpo docente da CPBS. É, desde 2015 membro do conselho científico e estratégico do Instituto de Políticas Públicas. Fez parte, entre 2015 e 2020, do conselho de administração da EDP e entre 2017 e 2020 foi membro da comissão de auditoria e de partes relacionadas desta mesma instituição. Em 2020 foi presidente do conselho fiscal do Unilabs Portugal. Em 2015, fez parte do grupo de trabalho que preparou o contexto Macroeconómico para o Partido Socialista e em 2019 coordenou o grupo de trabalho que desenvolveu o estudo sobre os Benefícios Fiscais em Portugal.